

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.086 - SP (2019/0015581-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE SÃO PAULO**  
**AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**  
**PROCURADOR : GRAZIELLA MOLITERNI BENVENUTI E OUTRO(S) - SP319584**  
**AGRAVADO : JAQUELINE MOURA DA SILVA**  
**ADVOGADOS : RONALDO DOMINGOS DA SILVA - SP177410**  
**TANIA APARECIDA RIBEIRO E OUTRO(S) - SP173823**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto pelo ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - Cumprimento de sentença - Pagamento de provento de pensionista de ex-servidor público estadual - Contra decisão que rejeitou a impugnação à execução - Alegação de não descumprimento de decisão judicial a ensejar o pagamento da multa descrita nos autos, entre outros argumentos - Descabimento - Provas nos autos que demonstram o contrário — Pretensão de que seja reconhecida a inexigibilidade da execução ou, subsidiariamente, a redução do valor fixado — Inadmissibilidade - Decisão que deve ser mantida — Revisão pelo Juízo de segundo grau de deferimento ou indeferimento de pretensão adstrito às hipóteses de decisões ilegais, irregulares, teratológicas ou eivadas de nulidade insanável - Hipóteses não configuradas no presente caso - Inexistência de abuso de poder ou flagrante ilegalidade a autorizar a revisão do ato — Recurso desprovido" (fl. 70e)

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 79/81e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, o seguinte:

"Da violação ao artigos 537, § 1º, I, do Código de Processo Civil  
**DA DESPROPORCIONALIDADE DO VALOR TOTAL**  
Verifica-se a desproporcionalidade pelo valor da multa diária arbitrada, tendo em vista que o exequente cobrou o montante de R\$ 17.500,00, a qual, com a devida vênia, deve ser afastada, lançando-se mão da norma do artigo 537, § 7º, I, do Código de Processo Civil.  
Com efeito, é sabido que a multa diária visa compelir o devedor recalcitrante a cumprir a obrigação de fazer, não podendo

transmudar-se em fonte de enriquecimento ilícito para os exequentes. De outra sorte, fere-se de morte a proporcionalidade que deve inspirar todos os atos jurídicos, também discrepando muito de outras decisões judiciais que infligiram multa ao Estado.

Ora, o princípio ou postulado normativo da proporcionalidade, guarda, segundo a doutrina, tripla faceta: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

(...)

Segundo a lição, adequação, porque a medida a ser utilizada deve ser hábil a se atingir a finalidade pretendida.

Quanto a essa nuance nada há a questionar, essa medida é estabelecida para constranger o ente ao adimplemento da decisão judicial.

Necessidade, por sua vez, significa que deve ser manejado apenas o meio menos gravoso à finalidade que se pretende atingir, de forma a ferir o mínimo possível a esfera de direitos da pessoa atingida. Ora, nessa toada, a multa não pode ser considerada o meio menos gravoso de compelir o ente político a cumprir uma determinação, nem mesmo o valor de R\$ 100,00 pode ser considerado como o montante mínimo a forçar a pessoa jurídica de Direito Público a cumprir determinada decisão judicial, conforme se exemplificará a seguir, com a citação de decisões que fixam valores proporcionais.

Já a proporcionalidade em sentido estrito revela um sopesamento entre o gravame imposto e a finalidade pretendida, ou melhor, os ônus relacionados à limitação do direito não podem exceder as vantagens relacionadas ao atingimento do objetivo visado.

Com relação a esse último ponto, o peso do gravame estabelecido se revelou muito maior do que a vantagem que sua imposição de fato trouxe, haja vista que a medida foi cumprida e levando em consideração o alto valor do montante atingido pela multa, acrescido do consequente enriquecimento sem causa dos exequentes e lesão aos recursos públicos.

Colocadas essas premissas, denota-se claramente que nem de longe esse roteiro foi respeitado, nesse momento, de execução da multa, revelando-se esta atentatória à proporcionalidade e sujeita a ter seu valor reduzido pelo magistrado, em atenção à proporcionalidade.

Ademais, a multa exigida pelo exequente supera a soma das parcelas singelas devidas, afigurando-se nitidamente desproporcional. Isso porque o objetivo da multa diária é compelir o devedor recalcitrante a cumprir a obrigação de fazer, e não transmudar-se em fonte de enriquecimento sem causa para os exequentes.

De qualquer forma verifica-se que a multa aplicada neste processo é excessiva, e quem irá arcar com esta pena é a sociedade, pois o numerário em vez de ser aplicado em educação, saúde etc, irá para os autores que, como demonstrado não tiveram prejuízo algum.

Nesse ponto, vale ressaltar que ao juiz é facultado modificar as facetas da multa diária, na forma do artigo 537 do Código de Processo Civil, de modo que a excessividade da multa, pode e deve ser repelida pelo magistrado a qualquer tempo, em qualquer fase processual.

O entendimento do Superior Tribunal de justiça é consolidado no sentido de inexistir coisa julgada material quanto à discussão do valor da multa diária, sendo a execução o momento processual oportuno para a discussão da matéria. Confira-se os excertos abaixo transcritos:

(...)

Dessarte, O VALOR DA MULTA DEVE SER REDUZIDO, HAJA VISTA QUE ESSA IMPORTÂNCIA, AINDA MAIS NOS MOLDES EXECUTADOS, COMPROMETE AS FINANÇAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E GERA ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA AOS EXEQUENTES.

Além disso, ela onera de maneira excessiva a Fazenda Pública, e, por conseguinte, a sociedade que vai arcar com seu custo, isso em favor dos autores e seus advogados, ferindo, pois, o princípio do não enriquecimento sem causa e o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular" (fls. 87/92e).

Requer, ao final, "o conhecimento e o integral provimento do presente, com a reforma do acórdão vergastado, nos termos expostos" (fl. 93e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 96/101e).

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 102/103e), foi interposto o presente Agravo (fls. 106/111e).

Com contraminuta (fls. 114/119e).

A irresignação não merece acolhimento.

Com relação ao cerne da controvérsia, assim decidiu o Tribunal local:

"Em suma, conforme relatório acima, somado ao excerto da decisão agravada, tem-se que esta deve prevalecer, s.m.j '...Assiste razão à autora, uma vez que a decisão atinente à fixação de multa continuou válida durante todo o decorrer do processo. E se havia ordem judicial determinando o pagamento da pensão, era dever da SPPrev noticiar fato impeditivo do cumprimento da ordem no processo, o que não ocorreu. Tal como noticiou a autora, quando iniciada a suspensão do pagamento do benefício, ainda não havia ocorrido o recadastramento anual, este coincidente com o mês do aniversário do beneficiário, de sorte que tal argumento não se sustenta. Ademais, **o valor fixado foi módico e não gera enriquecimento sem causa...**'

(...)

Assim, ausentes os requisitos autorizadores para a pretensão dos

agravantes.

Por fim, repito, examinadas as questões trazidas pelo(s) recorrente(s), bem como os fundamentos adotados pelo(a) nobre Magistrado(a) *a quo*, tem-se que a r. decisão de primeiro grau deve mesmo subsistir, uma vez que ausente qualquer mácula. A análise de pedidos em primeiro grau é medida que fica a critério do juiz, que ao examinar a inicial e os documentos anexados pode concedê-los, ou não, de acordo com o seu livre convencimento, não podendo o Tribunal substituí-lo nesta questão, a menos que a decisão seja teratológica ou de manifesta ilegalidade, o que não é o caso dos autos. Somente se estiver evidenciada a ilegalidade do despacho que (in)deferiu a pretensão, ou eventual desvio de finalidade, ou mesmo abuso de poder do magistrado e de modo irrefutável, é que caberia a substituição da decisão nesta instância recursal.

Portanto, não se vislumbra, assim, qualquer vício na decisão hostilizada a permitir a sua reforma" (fl. 71/72e).

Diante desse contexto, inviável o conhecimento do apelo nobre, pois, a revisão da conclusão do aresto combatido, nos termos em que posta a questão, é pretensão inviável, nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO NÃO PRESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REVISÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. ASTREINTES. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.

1. A questão, na Corte de origem, não se referiu à legalidade da tarifa mínima, mas ao fato de que houve falha na prestação do serviço. Neste particular, no que toca à alegação de ofensa ao artigo 186 do Código Civil, o Tribunal de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que não foi demonstrada a regularidade da prestação do serviço de abastecimento de água na residência da recorrida, e que a ausência de tal serviço essencial configurou os alegados danos sofridos.

Assim, tem-se que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal a quo sobre a questão demanda reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 2. No que tange ao valor da indenização, no valor de R\$ 6.000, 00 para cada autor, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fáticos constantes dos autos, decidiu: "mostra-se razoável e adequado o valor fixado pelo juízo a quo, não

merecendo reforma, neste ponto, a sentença proferida". Assim, para que fosse possível a análise das pretensões recursais, seria imprescindível o reexame de provas, o que é defeso na atual fase processual, ante o disposto na Súmula 7 do STJ.

**3. Quanto à ofensa ao art. 537, § 1º, do CPC de 2015, com relação ao valor da multa aplicada, esclareço que modificar tal conclusão, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.**

4. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.755.147/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. ESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III - Entendimento consolidado na 1ª Seção nesta Corte, acerca da possibilidade de imposição de multa diária (astreintes) a ente público, para compeli-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros, segundo o qual, a eventual exorbitância na fixação do valor das astreintes aciona mecanismo de proteção ao devedor: como a cominação de multa para o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer tão somente constitui método de coerção, obviamente não faz coisa julgada material, e pode, a requerimento da parte ou ex officio pelo magistrado, ser reduzida ou até mesmo suprimida, nesta última hipótese, caso a sua imposição não se mostrar mais necessária, o que não se coaduna com o caso dos autos (Tema n. 98).

IV - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou a razoabilidade e a proporcionalidade das astreintes,

**demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.**

V - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.707.833/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/12/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA MUNICIPAL. PROFESSORA. REAJUSTE SALARIAL. LEI 11.738/2008. CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DE ASTREINTES. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO REPASSE. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR

1. **Consoante a jurisprudência do STJ, "a apreciação dos critérios previstos na fixação de astreintes implica o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte"** (AgRg no AREsp 812.629/BA, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 2.2.2016). No mesmo sentido: AgRg no AREsp 340.902/RS, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 2.3.2017; AgRg no REsp 1.542.166/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 9.10.2015.

**RECURSO ESPECIAL DA MUNICIPALIDADE**

2. Constatado inicialmente que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

3. Quanto à alegação de que o acórdão impugnado revelou-se contrário às provas dos autos e de que teria ficado comprovado o repasse do piso salarial aos servidores do magistério municipal, a revisão das conclusões adotadas na origem depende de reexame do conjunto fático-probatório. 4. Assim, a análise dessas questões demanda o reexame de provas, inadmissível na via estreita do

Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

5. Não há falar em ofensa ao art. 355 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do STJ, de que o magistrado não está obrigado a produzir provas quando, pelos exame dos autos, conta com elementos suficientes para o seu convencimento.

6. O Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre o art. 1º da Lei 9.494/1997; art. 1º da Lei 8.437/1992 e art. 7º §§ 2º e 5º da Lei 12.016/2009. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

7. Quanto ao pedido de redução da verba honorária, a Corte local concluiu que a estipulação do valor se deu acertadamente, tendo sido observada a "norma regente, e de acordo com a equidade, proporcionalidade e razoabilidade" (fl. 248, e-STJ).

8. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, somente podendo ser alterado em Recurso Especial quando se tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura na hipótese.

9. Recurso Especial do particular não conhecido e Recurso Especial da Municipalidade parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.659.644/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
Relatora